

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA			
	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 26/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

---

### SUPPLEMENT

(SUPLEMENTO)

---

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN  
AND DIU  
Secretariat

ORDER  
DF-48-AGR-62

In exercise of the powers conferred upon me by clause 2 of the Goa, Damam and Diu ((Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force within this territory, I hereby make the following order:

- 1) The Committee of Bunds or persons authorised by the Committee shall have the right to utilise the soil from the paddy fields within a radius of 5 metres beyond the drainage channel, if any, from the bund to be constructed for the construction of the bund, provided silt is not available elsewhere within a radius of 75 metres.
- 2) The Committee of Bunds or persons authorised by the Committee shall have the right to extract stones from the property of the village comunidades or landlords without causing damage to the property. The extraction of stones will be limited only to the rocky area and to the amount of stones required for the repair of embankments maintained by the Committee of Bunds.
- 3) The landlords of village comunidades shall compulsorily execute the work of repairs of bunds where their respective interests are involved. In case these repairs are not undertaken by the parties concerned within a reasonable time to be fixed by the Committee of Bunds, the Committee of Bunds will itself take up the repairs of these bunds and recover the cost from the landlords or the village comunidades.

This Order shall come into force with immediate effect.

Tumkur Sivasankar  
Lieutenant Governor

Panjim, 31st December, 1962.

(Tradução)  
GOVERNO DE GOA, DAMÃO  
E DIO  
Secretaria

Despacho  
DF-48-AGR-62

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Damam and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

- 1) A Comissão Encarregada da Conservação de Valados ou as pessoas autorizadas pela Comissão, terão o direito de utilizar o torrão das várzeas dentro do raio de 5 metros, do valado a ser construído, para além do canal de irrigação, caso haja, para os efeitos da construção do mesmo valado, no caso em que não seja possível encontrar lodo, noutra parte, dentro do raio de 75 metros.
- 2) A Comissão Encarregada da Conservação de Valados ou as pessoas autorizadas pela Comissão, terão o direito de extrair pedras dos terrenos pertencentes às comunidades aldeanas ou a proprietários, sem causar dano a propriedade. A extração de pedras limitar-se-á somente à área rochosa e à quantidade de pedras necessária para a reparação das represas a cargo da Comissão Encarregada da Conservação de Valados.
- 3) Os proprietários ou as comunidades aldeanas deverão obrigatoriamente executar os trabalhos de reparação de valados nos sítios em que os seus interesses estejam envolvidos. No caso de tais reparações não serem executadas pelos interessados, dentro de um período razoável de tempo a ser fixado pela Comissão de Valados, a mesma tomará para si o encargo das reparações desses valados e cobrará as respectivas despesas dos proprietários ou das comunidades aldeanas.

Esta portaria entrará em vigor com efeito imediato.

Tumkur Sivasankar  
Governador-tenente

Pangim, 31 de Dezembro de 1962.

## ORDER

Whereas it is necessary and expedient to clear the Customs warehouses of the Ports and Customs and in the Post Offices of all goods imported without valid license now therefore, in exercise of the powers conferred by the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and notwithstanding anything to the contrary contained in any other law for the time being in force I hereby order as follows:

1. All goods imported without a valid license and lying in the warehouses of the Ports and Customs and in the Post Offices which have been imported before the 13th December 1962 without a valid license shall be removed from the said places by their owners or consignees within sixty days from the date of the publication hereof or within such further time as the Director of Customs Services may for good and sufficient reasons allow in any individual case.

2. The owners or the consignees of the goods mentioned in the last preceding section shall be permitted to reexport the goods provided they pay whatever money is lawfully due by them to the Government in respect of the said goods.

3. Goods which are not removed as per the provisions of this Order shall be deemed to have been abandoned in favour of the State and shall be dealt with under the «Contencioso Aduaneiro» approved by Decree no. 33 531 dated the 21st February, 1944.

*Tumkur Sivasankar*  
Lieutenant Governor

Panjim, 5th January, 1963.

## Board of External Trade

## Notice

Whereas it is necessary to relieve the godowns at Marmagao Harbour of goods lying therein which have been imported against valid import licences issued by the former regime and shipped within the period of their validity, it is brought to the notice of all concerned that, within 15 days from the date of publication of this notice in the Government Gazette, the consignees may apply to this Board for the clearance of above goods. The applications must be accompanied by the respective import licences and other relevant documents.

In case foreign exchange from the Government is required for the clearance of the said goods, the consignees should mention this fact in their applications with necessary supporting evidence.

Board of External Trade, Panjim, 2nd January, 1963. — The President, *Redualdo da Costa*.

## Despacho

Considerando ser necessário e conveniente descongestionar os armazéns do porto, da alfândega e das estações postais, de todas as mercadorias importadas sem licença válida;

No uso das faculdades conferidas pelo «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presente-mente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. Todas as mercadorias importadas sem licença válida e existentes nos armazéns do porto, da alfândega e das estações postais e que tenham sido importadas antes de 13 de Dezembro de 1962, sem licença válida, deverão ser removidas dos referidos locais pelos donos ou consignatários das mesmas, no prazo de sessenta dias contados da data da publicação deste despacho, ou no prazo posterior que o director dos Serviços das Alfândegas venha a conceder, em casos individuais, por motivos atendíveis.

2. Os donos ou consignatários das mercadorias, a que se refere o artigo anterior, serão autorizados a re-exportá-las desde que paguem o que legalmente for devido ao Governo, em relação as mesmas.

3. As mercadorias que não forem removidas ao abrigo do disposto neste despacho, serão consideradas como perdidas a favor do Estado, devendo as mesmas ser dispostas de harmonia com o preceituado no Contencioso Aduaneiro, aprovado pelo Decreto n.º 33 531, de 21 de Janeiro de 1944.

*Tumkur Sivasankar*  
Governador-tenente

Pangim, 5 de Janeiro de 1963.

## Junta de Comércio Externo

## Aviso

Sendo necessário descongestionar os armazéns do Porto de Mormugão de mercadorias demoradas e que teriam sido importadas ao abrigo de licenças de importação válidas passadas pela Administração cessante e embarcadas dentro da respectiva validade, torna-se público para conhecimento dos respectivos importadores que dentro do prazo de 15 dias contados da publicação deste no *Boletim Oficial*, poderão submeter a esta Junta os pedidos para o desembarço da mercadoria referida, instruídos com as respectivas licenças de importação e documentos relevantes.

Em caso de o desembarço da mercadoria estar dependente da cambial do Governo, os interessados deverão comprovar o seu direito para a obtenção da cambial.

Junta de Comércio Externo, em Pangim, 2 de Janeiro de 1963. — O Presidente, *Redualdo da Costa*.